

Assembleia da República  
Gabinete do Presidente

N.º de Entrada 29648

Classificação  
01/03/02 / /

Data  
08/10/03



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO Número \_\_\_\_\_ / x ( \_\_\_ª)

PERGUNTA Número 163 / x ( 4ª)

Expeça-se
Publique-se
<u>6/10/2003</u>
O Secretário da Mesa <u>MCCorreia</u>

Assunto: **Poluição e qualidade da água dos rios portugueses**

Destinatário: **Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional**

*Por determinação de SESP/AR, à  
Sra. Secretária da Mesa \_\_\_\_\_  
08.10.06  
[Signature]*

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia da República

A Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza, divulgou no dia 1 de Outubro, Dia Nacional da Água, os resultados de um estudo sobre a qualidade da água nos rios de Portugal que denunciam bem o estado de degradação ambiental a que estão sujeitos os recursos hídricos portugueses.

O Governo tem feito um esforço persistente para desviar as atenções políticas e sociais das questões ambientais, fazendo inclusivamente crer que todos os problemas da água e da gestão da água serão resolvidos com a aplicação das regras do mercado ao sector da água, desde a captação ao tratamento. Assim, tem o Governo utilizado as suas medidas de privatização e mercantilização dos recursos hídricos, como ilustrações da sua política da água e de ambiente, escondendo a situação real em que se encontra uma importante quantidade dos recursos hídricos nacionais, nomeadamente os que fluem nos cursos de água doce.

Segundo os dados disponibilizados pela Associação referida, entre os 20 pontos de medição de 14 troços de água de norte a sul do país, 30% revelaram qualidade má, 5% muito má, 40% com qualidade razoável e apenas 20% apresentaram boa qualidade e 10% excelente. Segundo os autores do estudo, em 70% dos pontos de medição (correspondentes aos classificados como “qualidade muito má, má e razoável”) a qualidade da água não reúne as condições ideais para o desenvolvimento da vida piscícola.



Já os dados recolhidos em 2007 pelo Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos haviam revelado 36% dos pontos monitorizados em rios portugueses como águas de qualidade má (20%) e muito má (16%), o que corrobora os dados agora divulgados pela Quercus.

De acordo com a análise da evolução dos resultados obtidos desde 2003, a situação torna-se ainda mais preocupante e mostra o quão urgente é a tomada de medidas por parte do Governo para assegurar a preservação dos recursos hídricos, particularmente num caso como o português em que 60% do abastecimento público depende directamente dos recursos superficiais. Em 2004, por exemplo, 35% dos pontos de medição revelaram água de boa qualidade, contra os actuais 20%.

Na verdade, a poluição dos cursos de água ao longo de todo o país, bem como o assoreamento e estagnação de importantes quantidades de água, aliados a uma total ausência de trabalho de regularização de margens e leitos, têm vindo a tornar-se factores de degradação da qualidade da água. Se tivermos em conta que os cursos de águas superficiais e de escorrência são, em alguns casos a fonte primária de alimentação de aquíferos e que a sua interacção com as águas subterrâneas é importante, então estes dados devem preocupar-nos ainda mais.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicito ao Governo que, por intermédio do **Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional** me sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

- 1- Tem o Governo conhecimento do referido estudo?
- 2- De que dados dispõe o Governo sobre os parâmetros de medição da qualidade da água nos cursos de água em território nacional?
- 3- Que medidas tomará o Governo para assegurar uma fiscalização capaz e actuante no que toca à poluição e detecção de fontes poluidoras junto dos cursos de água?
- 4- Que medidas tomará o Governo para assegurar uma intervenção rápida no plano da monitorização permanente dos rios, do desassoreamento, da despoluição e da regularização de leitos e margens dos rios em que tal se justifique?

Palácio de S. Bento, 3 de Outubro de 2008

Deputado

Miguel Tiago